

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.539.137 - DF (2019/0194828-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : TIM CELULAR S.A  
**ADVOGADOS** : MARCO VANIN GASPARETTI E OUTRO(S) - SP207221  
GIOVANNA DE ALMEIDA RIZZO - SP288622  
**ADVOGADOS** : FERNANDA LOPES CORRÊA - DF037357  
NAYARA RIBEIRO SILVA - DF046074  
GRAZIELA COELHO SILVA - SP357616  
**AGRAVADO** : HOJE SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA  
**ADVOGADOS** : VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA - DF019640  
EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA - DF025310  
**ADVOGADA** : JULIANA DIAS GUERRA FERREIRA E OUTRO(S) - DF029149  
**INTERES.** : VIVO PARTICIPACOES S.A  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO AUGUSTO FARIA CORTINES - RJ103502  
TED CARRIJO COSTA E OUTRO(S) - DF023671  
**INTERES.** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802  
BRUNO DI MARINO - RJ093384  
MÁRCIO HENRIQUE NOTINI SILVEIRA DA FONSECA -  
RJ120196  
DANIEL DIAS CARNEIRO GUERRA E OUTRO(S) - RJ159540

**DECISÃO**

Trata-se de encaminhamento dos presentes autos, pelo Min. Napoleão Nunes Maia Filho a este Relator, para consulta acerca de eventual prevenção na relatoria do presente Agravo em Recurso Especial.

Cuida-se de Agravo em Recurso Especial interposto por Tim celular S.A. contra decisão que negou trâmite a seu anterior Recurso Especial, interposto contra acórdão prolatado pelo TRF da Primeira Região assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. TELECOMUNICAÇÕES. REDES DE INTERCONEXÃO. VALOR DE USO DE REDE MÓVEL (VU-M). REGULAÇÃO ANATEL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA RECURSAL. REVIGORAMENTO DECISÕES ANTERIORES.

1. Consoante dispõe a Lei Geral de Telecomunicações, L. 9.472/97, interconexão é a ligação entre redes de telecomunicações funcionalmente compatíveis, de modo que os usuários de serviços de uma das redes possam se comunicar com usuários de serviços de outra ou acessar serviços nela disponíveis.

2. A fixação da VU-M é tarefa árdua a ser atingida. No entanto, se constatado foi na instrução que as agravadas vinham praticado preços públicos bem abaixo do valor da VU-M, não se verifica a

impossibilidade de tal tarefa, pois o Poder Judiciário teria como balizadores iniciais do litígio os preços públicos por elas próprias praticados.

3. Os primados da livre iniciativa e da livre concorrência, insculpidos no art. 170, caput e IV da CF/1988, respectivamente, formam a base do chamado livre mercado. Todavia, a livre concorrência nem sempre conduz a uma situação de livre mercado. Daí, a necessária presença do Estado regulador e fiscalizador, que deve atuar disciplinando esta competitividade, especialmente nos fatores conformadores dos preços, assim como o deve ser no dinamismo de mercado e na economia de escala, obstando que estes elementos se tornem instrumento de restrição à capacidade de iniciativa dos concorrentes. É neste liame, entre a livre concorrência e a livre iniciativa, que o Estado deve exercer suas medidas regulatórias a prevenir ou a evitar abuso do poder econômico. Este é o objetivo do art. 173, § 4o., da CF/88 - o qual, ao falar de mercado, estatui que a lei reprima o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário de lucros.

4. Não se pode admitir de forma cartesiana a fixação de preços pela ANATEL - sabidamente superiores ou em extrema desproporção com os preços públicos das operadoras de telefonia móvel afastando-se dos critérios adotados na lei de regência, qual seja, a indicação de custos mínimos para que se confira tratamento não-discriminatório, isonômico e justo, visando a atender ao estritamente necessário para a prestação do serviço.

5. Evidenciada na presente hipótese típica ilegalidade que autoriza e legitima a excepcional intervenção do Poder Judiciário na relação contratual estabelecida entre as operadoras de telecomunicações e a própria Autarquia reguladora da atividade em análise (ANATEL). Em caso fronteiro, o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça: REsp-1.275.859/DF, Ministro Mauro Campbell Marques, DJ de 5.12.2012.

6. Nesse contexto, ressaí cabível fixar em R\$ 0,03 (três centavos) o valor da VU-M a ser pago, indistintamente, por todas as operadoras. Ao magistrado de primeiro grau caberá modificar esse valor ao amparo de subsídios trazidos aos autos principais após a realização da perícia determinada na instância de origem - e confirmada pela Egrégia Sexta Turma desse Regional Federal no julgamento do Agravo de Instrumento - 296466520154010000 na sessão de 12.12.2016 (acórdão publicado no DJ em 25.1.2017).

7. Os valores absolutamente incontroversos devem mesmo ser pagos diretamente a cada uma das credoras, medida que melhor atende ao escopo de se assegurar a satisfação do crédito, bem como se alinha ao postulado, insculpido no art. 6o. do Código de Processo Civil, de cooperação para a obtenção de decisão de mérito justa e efetiva.

8. Agravo de instrumento a que se dá parcial provimento para: (I) restabelecer a decisão proferida em sede de plantão judicial e, conseqüentemente, seus efeitos, assegurando à Hoje Sistemas de Informática

Ltda a manutenção de sua interconexão com as empresas agravadas; e (II) fixar o valor da VU-M em R\$ 0,03 (três) centavos por minuto, indistintamente a todas as operadoras, podendo esse valor ser modificado a critério do Juízo de primeiro grau após a realização da perícia (fls. 2.409/2.410).

Como se verifica dos autos, constou da certidão de distribuição (fl. 3.210) que o presente feito foi distribuído ao Min. Napoleão Nunes Maia Filho por prevenção da Reclamação 35.549/AM, a qual, por sua vez, fora distribuída em face da prevenção do CC 156.064/AM.

Ocorre que no julgamento Colegiado do referido Conflito, realizado pela Primeira Seção, o Min. Napoleão Nunes Maia Filho ficou vencido, tendo sido este subscritor, o Relator para o acórdão.

Veja-se a ementa lavrada:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. JUÍZO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DISCUSSÃO ACERCA DE VALOR DE USO DE REDE MÓVEL (VU-M). DEBATE QUE NÃO CUIDA DE QUESTÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ANATEL FIGURANDO COMO PARTE PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE DO JUÍZO ESTADUAL DECIDIR QUESTÕES FEDERAIS.

1. Cuida-se de Conflito de Competência entre a Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, e a Justiça Estadual de Manaus. O presente incidente foi suscitado por Tim Celular S.A. e discute qual o Juízo competente para decidir litígio que envolve concessionárias do serviço de telefonia e a Anatel a respeito da precificação do VU-M (valor de uso de rede móvel), no caso em que um dos litigantes encontra-se em recuperação judicial.

2. Observa-se que tanto o Juízo Federal quanto o Juízo Estadual da Recuperação Judicial consideram-se competentes para compor a referida controvérsia, proferindo decisões conflitantes sobre os critérios a serem utilizados para a fixação da tarifa. Por conseguinte, foi instaurado Conflito de Competência a ser dirimido pelo STJ.

3. Pondera-se que a competência do Juízo da Recuperação Judicial para tornar exequível o respectivo plano e zelar pela continuidade da atividade e preservação da empresa não lhe confere poderes para modificar relações jurídicas submetidas a regime jurídico específico referente à prestação de serviços públicos titularizados pela União e sujeitos à fiscalização das agências reguladoras federais.

4. De fato, é claro que é competência da Justiça Federal analisar as questões relativas aos contratos de interconexão e ao valor da interconexão propriamente dita (VU-M). Reserva-se ao Juízo Estadual o que é de recuperação judicial - habilitação de crédito, classificação de credores, aprovação de plano. Não se pode, contudo, admitir a invasão da

competência da esfera federal.

5. Destaque-se que a matéria é de competência exclusiva da Justiça Federal devido ao litisconsórcio da Anatel, pois como a Agência tem que integrar a lide e participar da ação, não se pode admitir que se tente modificar a competência que já está estabilizada desde 2010, em razão de recuperação judicial posterior.

6. Diferentemente dos casos de Conflitos de Competência que costumam chegar nesta Primeira Seção, envolvendo questão de execução fiscal, constrição patrimonial, penhora e alienação de bens da empresa em recuperação, aqui não se trata de uma ação que visa constranger o patrimônio da parte. Pelo contrário, é um rito que busca diminuir o quanto ela quer pagar de interconexão.

7. Não se admite que o Juízo da recuperação judicial a qualquer título avoque, direta ou indiretamente, ainda que a provisoriamente, a fixação do VU-M, haja vista que esta lide está sob apreciação do Juízo Federal competente. A fixação de tal valor tem que ser realizada pelo Juízo próprio, com os pedidos e recursos próprios, na Justiça Federal.

8. Conflito de Competência conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal

(CC 156.064/DF, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 29.5.2019).

Por conseguinte, ratifica-se o raciocínio do Ministro Min. Napoleão Nunes Maia Filho, entendendo-se que este subscritor estaria prevento para o julgamento do presente feito, na forma do art. 71, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

### **Conclusão:**

Desta feita, **aceita-se a prevenção para análise do feito em epígrafe.**

Pelo exposto, orienta-se a remessa do presente feito para o Ministro Min. Napoleão Nunes Maia Filho, para fins de oficializar a baixa em seu Gabinete e, em seguida, a redistribuição para este subscritor.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator